



PACOTE
DE MEDIDAS
**POR UMA
RECUPERAÇÃO
ECONÓMICA
E SOCIAL
DA JUVENTUDE**

MENSAGEM DA DIREÇÃO





Num momento em que se repensa o futuro de Portugal e se planeia a recuperação económica e social pós crise sanitária despoletada pela COVID-19, urge reconhecer os contributos valiosos que as gerações jovens podem dar. Exaltando o nosso papel enquanto agentes de mudança positiva e o nosso compromisso para com o país através do envolvimento e participação plena na construção de Portugal.

As gerações jovens, que nasceram na década perdida, que iniciaram o seu percurso académico durante a crise das dívidas soberanas, vêm-se agora a iniciar o seu percurso profissional na crise despoletada pelo coronavírus. Mas, não por isso deixamos de estar disponíveis para fazer o duplo esforço que nos é novamente pedido: aprender a (sobre)viver mais uma crise económica e social - com as consequências imediatas nos nossos projetos de vida que tal terá - e suportar ao longo das nossas vidas os investimentos que serão feitos hoje para reanimar e transformar a economia, por via das nossas contribuições.

Por esta razão, mas também porque somos aqueles melhor equipados - inovadores, resilientes, com mais formação, cidadãos da Europa e do mundo, nativos digitais - não podemos deixar de ser uma prioridade neste momento. Nem uma aposta para segundo plano.

A transversalidade da juventude não deixa que sejamos cingidos a uma área de governação ou a medidas avulsas de emprego, habitação ou educação. É necessário repensar Portugal com e para a juventude, num verdadeiro diálogo intergeracional. E o Conselho Nacional de Juventude diz presente a esse esforço conjunto!

A Presidente da Direção do Conselho Nacional de Juventude,

Rita Sousa Santos

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Juventude (CNJ), criado em 1985, com estatuto jurídico aprovado pela Assembleia da República através da Lei 1/2006, é a plataforma política de representação da juventude, da qual fazem parte 44 organizações de juventude de âmbito nacional, abrangendo as mais diversas expressões (culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas e confessionais). Ao longo dos últimos 35 anos o CNJ tem feito o trabalho de representação das gerações jovens, em Portugal e na arena internacional, advogando pelos seus direitos e pela sua participação plena nos processos de decisão política, encorajando a auscultação da juventude o diálogo com os decisores a nível local, nacional, regional e internacional.

O documento agora apresentado resulta de vários processos de auscultação e participação jovem. Desde logo o questionário lançado pelo CNJ sobre o impacto da COVID-19 na vida da juventude no presente e no futuro próximo (3 a 6 meses), os resultados dos ciclos de Diálogo Jovem, bem como as tomadas de posição amplamente discutidas e votadas em Assembleia Geral sobre as diversas temáticas abrangidas pelo CNJ como o ambiente, emprego, saúde, educação e cultura, entre outras. Todos os processos de participação jovem, foram realizados em estreita cooperação com as organizações membros e com aqueles que representamos - as e os jovens, de Norte a Sul do país, do interior ao litoral e ilhas -, permitindo assim ao CNJ ter

uma imagem clara da juventude em Portugal e também da sua visão de futuro para um Portugal a uma só velocidade, coeso, igualitário e justo ao longo de todo o seu território continental e insular.

A recente crise sanitária que Portugal viveu devido à pandemia da COVID-19 desde o início de março de 2020, teve consequências económicas e sociais significativas na vida de toda a população, consequências essas às quais as gerações jovens não são alheias. A juventude está no entanto, desproporcionalmente vulnerável tendo em conta a fase particular em que se encontra de passagem para a vida adulta.

Urgindo pensar na recuperação da vida económica e social do país e traçar um plano a médio prazo de fundo para Portugal, sem esquecer as gerações jovens, a Direção do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) com base na auscultação realizada, vem apresentar **um pacote de propostas de medidas por uma recuperação económica e social da Juventude**. Este pacote visa oferecer soluções concretas e de rápida concretização, cujo impacto positivo na vida de milhares de jovens será tremendo. Porque a juventude precisa do país, tanto quanto o país precisa da juventude, instamos a que as medidas agora apresentadas sejam tidas em consideração e que a juventude seja incluída nas prioridades dos seus representantes políticos, enviando desta forma um sinal claro de confiança e comprometimento com as novas gerações.

AUSCULTAÇÃO DA JUVENTUDE

O Conselho Nacional de Juventude lançou durante o período da última renovação do Estado de Emergência por conta da pandemia de COVID-19 (17 abril a 2 de maio) um questionário que pretendeu auscultar a população jovem entre os 15 e os 30 anos, inclusive, sobre o impacto da COVID-19 nas suas vidas até ao momento e aquelas que seriam as suas principais preocupações para o futuro a curto prazo (3 a 6 meses), num período em que o foco seria já a recuperação económica e social de Portugal.

Este esforço de auscultação e análise contou com o apoio de autarquias, do Instituto Português do Desporto e Juventude I.P., das Federações e Associações Académicas, Organizações Membro do CNJ, da rede Eurodesk e Fundação Gulbenkian.

O CNJ agradece a todas as entidades que fizeram parte do esforço de auscultação e ao investigador jovem Pedro Machado pelo seu trabalho na análise e compilação dos dados agora apresentados.

Este questionário contou com a participação de mais de 2500 jovens e foi utilizado um universo de 1675 respostas válidas para a análise que agora se apresenta. O questionário estava dividido entre questões afetas à caracterização sociológica do grupo (faixa etária, área de residência, género e ocupação); três questões de escolha múltipla sobre o impacto da COVID-19: “como é que a COVID-19 afetou a tua vida

durante o Estado de Emergência?”, “Quais são as tuas maiores preocupações para os próximos 3 meses?” e “Quais são as tuas maiores preocupações para os próximos 6 meses?”; e uma pergunta de resposta aberta “Se fosses um governante neste momento, que medida(s) tomarias para ajudar a recuperação económica e social das e dos jovens?”.

Caracterização sociológica dos inquiridos

Do universo de respostas válidas (1675 - 100%), houve uma prevalência de respostas de jovens na faixa etária entre os 19 e os 22 anos (826 - 49,3%), seguindo-se das e dos jovens entre os 15 e 18 anos (375 - 22,5%), 23-26 anos (294 - 17,5%) e por fim a faixa etária dos 27 aos 30 anos (180 - 10,7%). Destes jovens, houve um número maior de respostas de jovens do sexo feminino (74,7%).

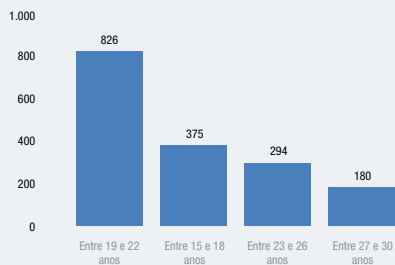
Relativamente à dispersão geográfica, foram abrangidos todos os 18 distritos, bem como as Regiões Autónomas da Madeira e Açores. Da análise feita por distrito é possível concluir que houve um maior número de respostas nos distritos com maior densidade populacional do litoral do país, liderando as respostas por distrito o Porto (466 - 27,8%), seguido de Lisboa, Braga e Faro. No sentido inverso, a Região Autónoma da Madeira, Beja e Évora (5 - 0,3%) foram as regiões

com menor participação jovem.

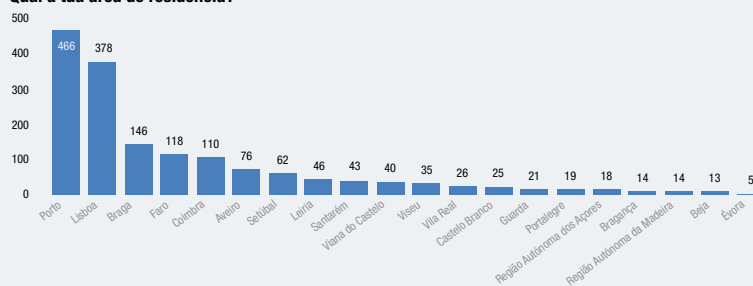
Por fim, no que diz respeito à ocupação, podemos observar que as e os jovens do ensino superior foram aqueles que mais responderam de forma geral e face também aos jovens que frequentam o ensino secundário ou básico e jovens trabalhadores-estudantes,

o que condiz também com a faixa etária com maior número de respostas. Na área do emprego, é possível depreender um decréscimo de respostas acentuado entre os trabalhadores por conta de outrem, face aos jovens trabalhadores independentes ou aqueles que se caracterizam como desempregados ou empresários.

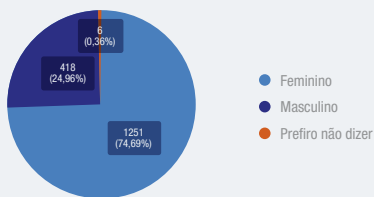
Que idade tens?



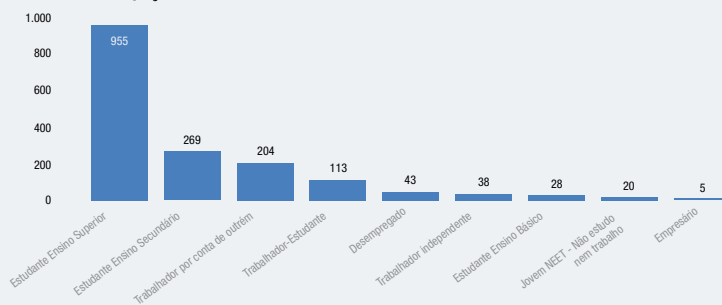
Qual a tua área de residência?



Género



Qual é a tua ocupação?



Análise do impacto da COVID-19 durante o Estado de Emergência na Juventude

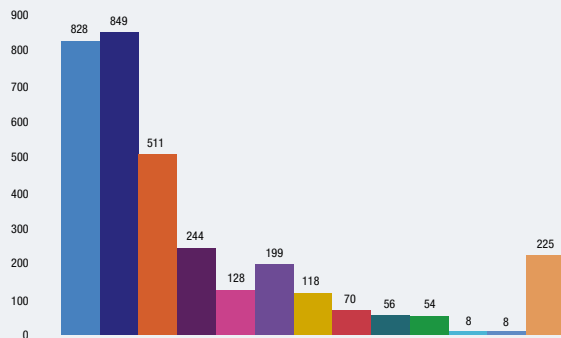
O grau de incerteza face ao futuro académico e profissional, o aumento da taxa de esforço das famílias (ou seja, o rendimento total do agregado familiar afeto ao pagamento das suas necessidades e compromissos como créditos, alimentação, renda, entre outros), ou o sentimento de confinamento e a necessidade de distanciamento social podem ser parte das razões que levaram a que um número significativo de jovens revelassem que a COVID-19, durante o Estado de Emergência, tivesse tido um impacto significativo na sua saúde mental, por via de um aumento dos níveis de ansiedade, demonstrando dificuldades na gestão emocional da crise. Esta dificuldade, aliada a um aumento dos hábitos de risco (sedentarismo, consumo de substâncias, fraca qualidade de sono, vício em jogos virtuais ou uso excessivo de tempo em aparelhos tecnológicos), figuram os principais impactos da COVID-19 durante o período de confinamento na juventude de acordo com a análise dos dados.

As questões relacionadas com o ensino à distância, como a dificuldade em acompanhar as aulas online ou a falta de material de acesso ao estudo são igualmente algumas das preocupações mais levantadas. Já na área do emprego, é importante referir que 244 dos inquiridos sentiram uma diminuição das condições de

trabalho (horários mais longos de trabalho, excesso de trabalho, falta de condições de segurança e proteção ou experienciou outros abusos no teletrabalho) ou maior dificuldade em articular a sua vida pessoal com a sua vida profissional (199), o que nos leva a sugerir uma deterioração da qualidade do emprego jovem em Portugal.

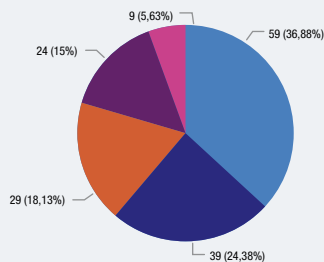
O Conselho Nacional de Juventude nota ainda com preocupação que 56 dos inquiridos revelaram estar numa situação de grande vulnerabilidade tendo dificuldade em fazer face às suas necessidades diárias básicas (alimentação, água, luz, comunicações) e que existem efetivamente jovens a viver abaixo da linha de pobreza em Portugal. Uma realidade que importa garantir que deixe de existir e que não se expande agora como consequência do impacto da COVID-19 na economia portuguesa.

Como é que o COVID-19 afetou a tua vida durante o estado de Emergência?



- Aumento dos hábitos de risco (sedentarismo, consumo de substâncias, fraca qualidade de sono, vício em jogos virtuais ou uso excessivo de tempo em aparelhos tecnológicos)
- Aumento dos níveis de ansiedade e dificuldade na gestão emocional da crise
- Dificuldade em acompanhar as aulas online
- Diminuição das condições de trabalho (horários mais longos de trabalho, excesso de trabalho, falta de condições de segurança e proteção, abusos no teletrabalho)
- Dificuldade no acesso ao ensino por falta de material (como por exemplo, computador, internet ou outro)
- Trouxe dificuldade em articular vida pessoal com a vida profissional (cuidar de filhos ou outras obrigações)
- Não tendo ficado desempregado, sofreu uma quebra de rendimentos significativa (por exemplo regime de lay-off ou por trabalho na indústria que sofreu quebra/parou, como por exemplo a área da cultura)
- Dificuldade no cumprimento das minhas obrigações do meu negócio para com outros (por exemplo, dificuldade em pagar salários a colaboradores)
- Fiquei desempregado
- Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)
- Impossibilidade de voltar a Portugal (por viver ou me encontrar no estrangeiro)
- Dificuldade no cumprimento das minhas obrigações pessoais para com outros (por exemplo, dificuldade no pagamento da renda de casa)
- Outro

Se selecionaste "Outro", por favor elabora



- Questões académicas
- Questões sociais e políticas
- Questões profissionais
- Questões psicológicas
- Questões de saúde

849
Aumento dos níveis de ansiedade e dificuldade na gestão emocional da crise

128
Dificuldade no acesso ao ensino por falta de material (como por exemplo, computador, internet ou outro)

56
Fiquei desempregado

225
Outro

828
Aumento dos hábitos de risco (sedentarismo, consumo de substâncias, fraca qualidade de sono, vício em jogos virtuais ou uso excessivo de tempo em aparelhos tecnológicos)

199
Trouxe dificuldade em articular vida pessoal com a vida profissional (cuidar de filhos ou outras obrigações)

54
Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)

511
Dificuldade em acompanhar as aulas online

118
Não tendo ficado desempregado, sofreu uma quebra de rendimentos significativa (por exemplo regime de lay-off ou por trabalho na indústria que sofreu quebra/parou, como por exemplo a área da cultura)

8
Dificuldade no cumprimento das minhas obrigações pessoais para com outros (por exemplo, dificuldade no pagamento da renda de casa)

244
Diminuição das condições de trabalho (horários mais longos de trabalho, excesso de trabalho, falta de condições de segurança e proteção, abusos no teletrabalho)

70
Dificuldade no cumprimento das minhas obrigações do meu negócio para com outros (por exemplo, dificuldade em pagar salários a colaboradores)

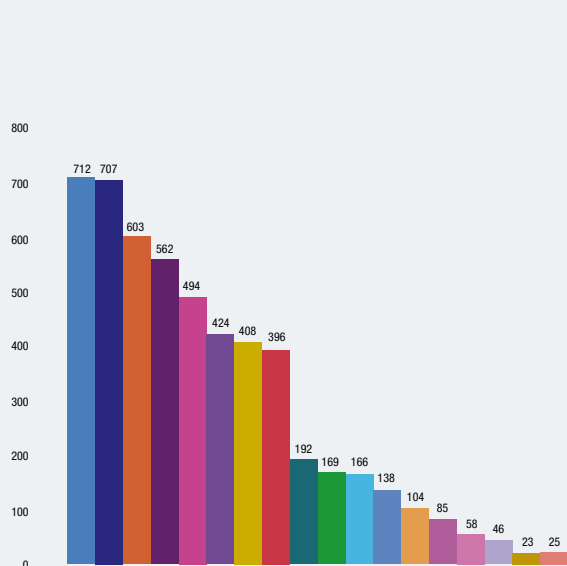
8
Impossibilidade de voltar a Portugal (por viver ou me encontrar no estrangeiro)

No que diz respeito às respostas onde os inquiridos selecionaram “outro” e elaboraram a sua resposta, as respostas foram agrupadas em questões académicas, sociais e políticas, profissionais, psicológicas ou de saúde física. É importante notar que 18% dos inquiridos que selecionaram esta resposta, demonstraram receios em relação ao sistema democrático em si, à diminuição dos espaços de participação da juventude e à responsabilidade cívica dos seus pares no combate à pandemia.

É de salientar que este questionário foi realizado numa fase anterior às classificações prestadas pelo Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e como tal não poderá ser uma surpresa que as três principais preocupações, tendo também em conta que o maior número de respostas é de jovens que frequentam o ensino superior, sejam relacionadas com o mesmo. A incerteza face aos prazos e moldes em que o ensino iria decorrer, mas também o receio de uma fraca aquisição de competências ou quanto ao aumento da carga de estudo de forma sistemática estiveram no topo das preocupações dos inquiridos a curto prazo (3 meses). Nota-se também aqui algum receio em relação ao futuro, sendo a possibilidade de existir uma segunda fase da pandemia da COVID-19 a quarta maior preocupação da juventude, que seria de algum modo expectável tendo em conta às questões de saúde mental mencionadas na primeira resposta.

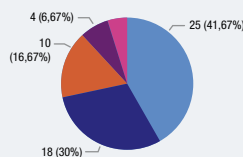
Importa salientar também que as questões do trabalho surgem em menor número e que são ultrapassadas na listagem das prioridades gerais por uma preocupação que se centra nas questões sanitárias: uma segunda vaga já referida, sentimento de insegurança e receios quanto à retoma ao ritmo normal de vida e acesso à saúde.

Quais são as tuas maiores preocupações para os próximos 3 meses?



- A incerteza sobre o ano letivo (datas de término, reabertura do ensino presencial, avaliação presencial)
- Sinto que não houve uma boa aquisição de competências durante este período e tenho receio que isso prejudique a avaliação do meu desempenho escolar/académico este ano e o meu desempenho no próximo ano letivo
- Aumento da carga de estudo de forma sistemática ou necessidade de estudo autónomo
- A possibilidade de existir uma segunda vaga da pandemia
- Sentimento de insegurança face às condições de segurança sanitária no local de estudo, trabalho ou transportes
- Dificuldade de adaptação ao ritmo "normal", após período de isolamento social
- Não ter oportunidade de realizar estágios presenciais, tendo isso impacto na aquisição de competências, a nível curricular e na progressão profissional
- O aumento da dívida pública e a crise financeira que se seguirá
- Receio que as condições de trabalho sejam piores que antes da crise sanitária (mais trabalho e menos pessoas para o desempenhar, remuneração mais baixa, abusos no teletrabalho ou trabalho presencial)
- O acesso ao ensino superior, por não me sentir preparado/a para realizar os exames nacionais de acesso ou saber como vai ser o processo
- Demora no acesso à saúde (remarcação de consultas e tratamentos agendados ou dificuldade no acesso a acompanhamento médico especializado)
- Dificuldade em arranjar emprego e receio de que a minha situação de desemprego se prolongue durante os próximos 3 meses
- Diminuição acentuada do meu rendimento mensal
- Perder o meu emprego
- Incerteza em relação à habitação (por exemplo: dificuldade no pagamento da renda de casa, não ter rendimentos suficientes para arrendar um quarto/casa)
- Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)
- Dificuldade no trabalho devido à necessidade de cuidar do(s) filho(s) ou outros familiares
- Outro

Se selecionaste "Outro", por favor elabora



- Questões sociais e políticas
- Questões académicas
- Questões profissionais
- Questões psicológicas
- Questões de saúde

712
A incerteza sobre o ano letivo (datas de término, reabertura do ensino presencial, avaliação presencial)

494
Sentimento de insegurança face às condições de segurança sanitária no local de estudo, trabalho ou transportes

192
Receio que as condições de trabalho sejam piores que antes da crise sanitária (mais trabalho e menos pessoas para o desempenhar, remuneração mais baixa, abusos no teletrabalho ou trabalho presencial)

104
Diminuição acentuada do meu rendimento mensal

23
Dificuldade no trabalho devido à necessidade de cuidar do(s) filho(s) ou outros familiares

707
Sinto que não houve uma boa aquisição de competências durante este período e tenho receio que isso prejudique a avaliação do meu desempenho escolar/académico este ano e o meu desempenho no próximo ano letivo

424
Dificuldade de adaptação ao ritmo "normal", após período de isolamento social

169
O acesso ao ensino superior, por não me sentir preparado/a para realizar os exames nacionais de acesso ou saber como vai ser o processo

85
Perder o meu emprego

25
Outro

603
Aumento da carga de estudo de forma sistemática ou necessidade de estudo autónomo

408
Não ter oportunidade de realizar estágios presenciais, tendo isso impacto na aquisição de competências, a nível curricular e na progressão profissional

166
Demora no acesso à saúde (remarcação de consultas e tratamentos agendados ou dificuldade no acesso a acompanhamento médico especializado)

58
Incerteza em relação à habitação (por exemplo: dificuldade no pagamento da renda de casa, não ter rendimentos suficientes para arrendar um quarto/casa)

562
A possibilidade de existir uma segunda vaga da pandemia

396
O aumento da dívida pública e a crise financeira que se seguirá

138
Dificuldade em arranjar emprego e receio de que a minha situação de desemprego se prolongue durante os próximos 3 meses

46
Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)

As questões sociais e políticas voltam a estar em destaque, tendo sido enumeradas por 41,6% dos jovens inquiridos que responderam “outro”. Destas respostas destacamos a questão da mobilidade europeia e internacional. Sendo a mobilidade algo importante para o desenvolvimento académico, pessoal e social da juventude, o estabelecimento de fronteiras e a impossibilidade de viajar (por motivos académicos, lazer, reunificação com a família entre outros), é algo que afecta as gerações jovens enquanto primeira geração verdadeiramente europeia e global. Por outro lado, as respostas revelam também uma juventude atenta e preocupada não apenas só consigo, mas também com a sociedade e com aqueles mais vulneráveis a nível económico e social.

Análise das maiores preocupações da juventude para o período de 6 meses (maio - outubro 2020)

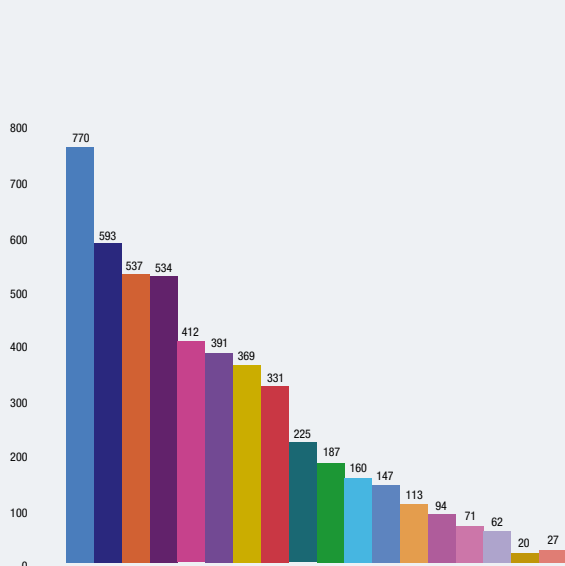
Quando analisamos as respostas relativas às principais preocupações para o período de 6 meses - maio até outubro 2020 -, podemos concluir que as duas preocupações principais extrapolam as questões diárias e o impacto meramente pessoal e se focam em questões mais abrangentes com impacto para todas e todos os cidadãos e para todas as gerações. Quase metade dos inquiridos identificou a possibilidade de

existir uma próxima vaga da pandemia e logo de seguida a questão do endividamento externo de Portugal e o impacto económico e social que a já expectável crise financeira venha a ter.

As questões face ao ensino mantêm-se como uma preocupação, demonstrando que a juventude encara o ensino à distância como uma possibilidade para o início do próximo ano letivo. As questões relativas à saúde (dificuldade em retomar o ritmo anterior, sentimento de insegurança, demora no acesso à saúde), voltam a surgir em maior número que as preocupações relativas ao emprego, sendo no entanto, imediatamente seguidas por estas.

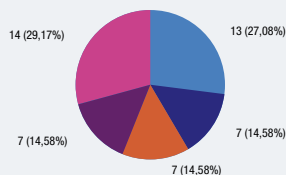
Tal como nas respostas anteriores, aqueles que responderam “outro”, voltam a enumerar como preocupação questões sociais e políticas, desta vez relacionadas com a possibilidade de vir a existir uma ascensão ao poder de coligações ou partidos extremistas e forças políticas e sociais que promovam a falta de tolerância e o desrespeito pelo outro. É ainda enumerado o receio de Portugal não conseguir ver as oportunidades deste momento e que haja um retrocesso evolutivo no que diz respeito às adaptações feitas por via da digitalização para dar resposta ao momento atual ao nível dos modelos de negócio, de trabalho, educacionais e sociais, em prol de uma sociedade focada no indivíduo e no bem-estar e não na economia.

Quais são as tuas maiores preocupações para os próximos 6 meses?



- A possibilidade de existir uma segunda vaga da pandemia
- O aumento da dívida pública e a crise financeira que se seguirá
- A incerteza sobre o ano letivo (datas de término, reabertura do ensino presencial, avaliação presencial)
- Sinto que não houve uma boa aquisição de competências durante este período e tenho receio que isso prejudique a avaliação do meu desempenho escolar/académico este ano e o meu desempenho no próximo ano letivo
- Aumento da carga de estudo de forma sistemática ou necessidade de estudo autónomo
- Dificuldade de adaptação ao ritmo "normal", após período de isolamento social
- Sentimento de insegurança face às condições de segurança sanitária no local de estudo, trabalho ou transportes
- Não ter oportunidade de realizar estágios presenciais, tendo isso impacto na aquisição de competências, a nível curricular e na progressão profissional
- Demora no acesso à saúde (remarcação de consultas e tratamentos agendados ou dificuldade no acesso a acompanhamento médico especializado)
- Receio que as condições de trabalho sejam piores que antes da crise sanitária (mais trabalho e menos pessoas para o desempenhar, remuneração mais baixa, abusos no teletrabalho ou trabalho presencial)
- Dificuldade em arranjar emprego e receio de que a minha situação de desemprego se prolongue durante os próximos 6 meses
- O acesso ao ensino superior, por não me sentir preparado/a para realizar os exames nacionais de acesso ou saber como vai ser o processo
- Diminuição acentuada do meu rendimento mensal
- Perder o meu emprego
- Incerteza em relação à habitação (por exemplo: dificuldade no pagamento da renda de casa, não ter rendimentos suficientes para arrendar um quarto/casa)
- Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)
- Dificuldade no trabalho devido à necessidade de cuidar do(s) filho(s) ou outros familiares
- Outro

Se selecionaste "Outro", por favor elabora



- Questões académicas
- Questões de saúde
- Questões profissionais
- Questões psicológicas
- Questões sociais e políticas

770
A possibilidade de existir uma segunda vaga da pandemia

412
Aumento da carga de estudo de forma sistemática ou necessidade de estudo autónomo

225
Demora no acesso à saúde (remarcação de consultas e tratamentos agendados ou dificuldade no acesso a acompanhamento médico especializado)

113
Diminuição acentuada do meu rendimento mensal

20
Dificuldade no trabalho devido à necessidade de cuidar do(s) filho(s) ou outros familiares

593
O aumento da dívida pública e a crise financeira que se seguirá

391
Dificuldade de adaptação ao ritmo "normal", após período de isolamento social

187
Receio que as condições de trabalho sejam piores que antes da crise sanitária (mais trabalho e menos pessoas para o desempenhar, remuneração mais baixa, abusos no teletrabalho ou trabalho presencial)

94
Perder o meu emprego

27
Outro

537
A incerteza sobre o ano letivo (datas de término, reabertura do ensino presencial, avaliação presencial)

369
Sentimento de insegurança face às condições de segurança sanitária no local de estudo, trabalho ou transportes

160
Dificuldade em arranjar emprego e receio de que a minha situação de desemprego se prolongue durante os próximos 6 meses

71
Incerteza em relação à habitação (por exemplo: dificuldade no pagamento da renda de casa, não ter rendimentos suficientes para arrendar um quarto/casa)

534
Sinto que não houve uma boa aquisição de competências durante este período e tenho receio que isso prejudique a avaliação do meu desempenho escolar/académico este ano e o meu desempenho no próximo ano letivo

331
Não ter oportunidade de realizar estágios presenciais, tendo isso impacto na aquisição de competências, a nível curricular e na progressão profissional

147
O acesso ao ensino superior, por não me sentir preparado/a para realizar os exames nacionais de acesso ou saber como vai ser o processo

62
Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)

Análise com base na ocupação

Se olharmos para os dados tendo por referência a ocupação das e dos respondentes, é possível verificar que o aumento dos hábitos de risco e o aumento dos níveis de ansiedade e dificuldade na gestão emocional da crise durante o Estado de emergência foram a forma como as e os jovens mais se sentiram afetadas(os), sendo transversal a todos os grupos. O aumento dos hábitos de risco está no topo das respostas para jovens desempregados, estudantes do ensino básico, estudantes do ensino secundário, trabalhadores por conta de outrem e jovens empresárias(os), enquanto que para as e os jovens estudantes do ensino superior, das e dos jovens em situação NEET e das e dos trabalhadores-estudantes, o aumento dos níveis de ansiedade e dificuldade na gestão emocional da crise é a preocupação principal.

Ainda no impacto mais imediato da COVID-19 e do Estado de emergência, destaca-se o facto que, das(os) 43 jovens que indicaram estarem em situação de desemprego, 18 destes, (o que corresponde a quase 42% das(os) respondentes deste grupo), indicam terem ficado desempregada(o) devido ao impacto da pandemia.

No que diz respeito às preocupações nos próximos 3 meses, a incerteza quanto ao futuro profissional e académico é evidente. Quanto aos jovens estudantes,

a essa incerteza, acumula-se a preocupação com a solidez das competências adquiridas durante este período e com a forma como isso poderá afetar a sua vida académica e profissional futura. Esta é desde logo a maior preocupação dos estudantes do ensino básico (13 dos 28 que responderam) e dos estudantes do Ensino superior (513 dos 955 que responderam). Para os jovens desempregados a preocupação maior é de longe a dificuldade em arranjar emprego (37 dos 43 respondentes) e o medo de que as condições de trabalho que encontrem venham a ser piores, preocupações essas que se mantêm para o período de 6 meses. Quanto aos jovens trabalhadores é clara a preocupação com a situação macroeconómica sendo que, nas e nos trabalhadoras(es) independentes e nas e nos jovens empresárias(os) destaca-se o receio da quebra nos rendimentos.

Outro dado importante é a confluência das preocupações pessoais com as preocupações em relação ao futuro do país, sendo que elas ganham mais proeminência com o aumento do período a que as perguntas se referem. Desde logo, a preocupação com uma segunda vaga da pandemia, que é aliás a maior preocupação para os próximos 6 meses para jovens do Ensino superior (443 dos 955 respondentes), trabalhadores por conta de outrem (121 dos 204 respondentes), trabalhadores-estudantes (57 dos 113 respondentes) e dos trabalhadores independentes (19

dos 38 respondentes). O aumento da dívida pública é a maior preocupação dos jovens em situação NEET para os próximos 6 meses e a segunda maior preocupação para os jovens desempregados, os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores-estudantes para o mesmo período.

Quanto às áreas governativas a que as e os respondentes acreditam ser prioritárias para os jovens na fase de recuperação, é inquestionável que as medidas ligadas à emancipação jovem, Trabalho Digno e Habitação são prioritárias. De frisar, no entanto, que a percentagem situa-se acima dos 70% no grupo das e dos jovens desempregadas(os), trabalhadores-estudantes e jovens empresárias (os), enquanto que no grupo dos jovens em situação NEET e dos jovens estudantes do ensino superior, apesar de ser a área prioritária, a percentagem ronda os 46% e os 40%, respetivamente. Os jovens estudantes do ensino secundário, por sua vez, consideram que caso fossem governantes dariam prioridade a medidas ligadas à área da Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura. Relativamente a esta questão, é de destacar que para 59% dos jovens do ensino básico, o grupo dos mais jovens, a saúde e o bem-estar seria a área governativa a que dariam prioridade caso fossem governantes.

Realidade do pós-COVID-19

Pensar a realidade pós-COVID implica não só pensar em como atenuar as consequências diretas da pandemia, principalmente na economia e na saúde, mas também em todas as áreas que de uma forma ou de outra, a pandemia veio fazer surgir, agravar ou revelar. A complexidade da situação exigirá medidas não só imediatas, mas também estruturais, transversais e prolongadas no tempo.

A pandemia acontece em Portugal num período de recuperação económica, após uma crise devastadora que atingiu todos os segmentos da população portuguesa, tendo sido a juventude um dos grupos mais afetados. Pelo que é natural prever que para aqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade, que a sua situação tenha piorado nos últimos meses e se venha a agudizar nos próximos tempos com um impacto devastador na sua capacidade de emancipação. Convém lembrar que mesmo em tempos de recuperação a taxa de desemprego jovem se mantinha acima da população em geral e que muitos jovens empregados se encontravam com vínculos laborais precários.

Embora só com o tempo seja possível avaliar com mais exatidão o impacto económico e social da pandemia, os dados de que dispomos não são animadores. A nível económico, segundo dados do INE, o

Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2020 caiu 2,4% face a período homólogo em 2019. Por outro lado, as projeções quanto ao impacto COVID-19 na economia portuguesa, apontam de acordo com o Banco de Portugal, em abril, para uma queda no PIB de 3, 7% (cenário base) e 5, 7% (num cenário mais pessimista), contra uma previsão de queda do PIB de 8% pelo FMI. As exportações, uma das áreas chave da recuperação económica em Portugal, recuaram 39,8% em abril e no mesmo mês a interrupção da atividade turística foi quase total segundo dados do INE. Dados que são acompanhados pelo aumento de número de inscritos nos centros de emprego - 76.761 novos inscritos desde o início da pandemia, sendo que o desemprego registado em abril teve um aumento de 22, 1% face ao período homólogo no ano passado.

Em termos sociais, dados iniciais revelam uma queda de 52% dos casos sinalizados a nível da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens o que obrigará não só a um reforço na vigilância e na capacidade de resposta, mas também a se repensar os mecanismos e as entidades envolvidas na sinalização quando o contacto entre as autoridades responsáveis e as crianças/famílias é comprometida como foi o caso da situação de pandemia.

É expectável que o impacto da COVID-19 na saúde vá muito para além do impacto direto na incidência

da doença na população, uma vez que a situação de pandemia veio comprometer toda a prestação de cuidados de saúde não urgentes e de proximidade. Para os jovens, principalmente na área de saúde mental, comportamentos aditivos e saúde sexual e reprodutiva será necessária uma intervenção célere e abrangente para garantir que as consequências deste período de confinamento não serão devastadoras a longo prazo para toda a geração.

A Educação, em todos os níveis de ensino, é sem dúvida uma das áreas mais afetadas pela situação de pandemia. Se antes as questões ligadas à inclusão digital e a adaptação do sistema de ensino para preparar os jovens para o futuro já eram uma prioridade, numa realidade pós-COVID-19 elas ganham ainda mais relevância. Devendo-se, no entanto, ter em atenção que a situação de pandemia poderá ter tido efeitos adversos nas taxas de abandono escolar, que já estavam acima da média europeia no momento pré-COVID apesar ter vindo a baixar progressivamente nos últimos anos, podendo comprometer o futuro de muitos jovens, principalmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Por último, também a democracia, enquanto sistema de organização política e social, não sairá incólume da pandemia da COVID-19. Pela primeira vez, as gerações jovens viram-se privadas de direitos por via do Estado de Emergência em Portugal. Pelo mundo, as-

sistiu-se à imposição de medidas de cariz autoritário, demonstrando a importância, mas também a fragilidade do modelo democrático que importa defender. A utilização da tecnologia para fins subversivos, o descrédito das instituições e da classe política e os discursos populistas deixam igualmente um alerta importante para todas e todos, onde o único antídoto é o envolvimento cívico e político e a participação ativa e plena das gerações jovens.

PACOTE DE MEDIDAS

**Por uma recuperação
económica e social
da Juventude**

As medidas aqui explanadas resultam de vários processos de participação jovem e da análise da realidade económica e social de Portugal. As propostas de medidas compilada tem por base os resultados da auscultação aos jovens via o questionário online sobre o impacto da COVID-19, o processo de auscultação às organizações membro do CNJ, bem como as tomadas de posição do CNJ sobre ambiente, saúde, emprego, educação e cultura.

As apresentações das propostas de medidas estão divididas por pelouros temáticos de trabalho do CNJ de forma a facilitar a sua leitura, a saber: Emancipação Jovem: Trabalho Digno e Habitação; Educação, Ciência, Cultura e Inclusão; Inovação, Transformação Digital, Ambiente e Território; Saúde, Bem-Estar e Desporto; e Democracia, Participação e Associativismo.

Para cada conjunto de medidas, existem propostas de medidas estruturais e de seguida medidas excepcionais para dar resposta ao impacto da crise sanitária da COVID-19 nas respectivas áreas.

Emancipação Jovem: Trabalho Digno e Habitação

MEDIDAS ESTRUTURAIS

Trabalho Digno

1) No relançamento da economia portuguesa deve ser dada prioridade à criação de um novo modelo de emprego assente no trabalho digno e na diversidade de sectores, que privilegie o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, a descentralização geográfica na fixação de postos de trabalho, na estabilidade profissional e na aprendizagem ao longo da vida em benefício das novas gerações:

a) Apostar em oportunidades formativas de aquisição de novas competências para os jovens, complementares ao currículo (como estágios curriculares e profissionais ou experiências de mobilidade interna e internacional), de forma a melhor preparar as novas gerações para as oportunidades de trabalho que surgirem pós-Covid;

b) Investir em políticas públicas robustas de incentivo à parentalidade, como aumento dos abonos de família ou licenças de parentalidade transponíveis para o sector privado, de forma a incentivar o aumento da taxa de natalidade;

c) Considerar a redução progressiva da jornada de trabalho, que promova a conciliação entre a vida pro-

fissional, familiar e pessoal;

d) Incentivar à fixação em locais com menor densidade populacional, nomeadamente no interior, criando as condições necessárias ao primeiro emprego e à vinculação profissional e privilegiando a estabilidade profissional;

e) Implementação de medidas de valorização geral dos salários, fomentando o aumento gradual do salário médio e o aumento do salário mínimo nacional;

2) Repensar o papel do Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P. no que diz respeito ao apoio prestado às gerações jovens;

3) Promover a renovação das carreiras da função pública, a inovação e a mobilidade interna, com uma aposta forte na contratação de jovens;

4) Promoção indireta da subida do salário através da redução do horário, com manutenção do fluxo laboral através da contratação de mais trabalhadores, permitindo mais emprego, melhores salários (no rácio com as horas trabalhadas) e melhor qualidade de vida através do equilíbrio da carreira com a vida pessoal;

5) Criação do estatuto Estudante-empREENDEDOR que estabeleça condições para a promoção do empreendedorismo entre os estudantes.

Habitação

1) Reforçar o financiamento e a autonomia dos municípios enquanto melhores conhecedores das realidades e necessidades locais nos programas de renda apoiada ou habitação acessível para a juventude;

2) Investimento no Parque Habitacional Público por via dos municípios, com foco na reabilitação de prédios devolutos e conversão para habitação permanente;

3) Imposição de limitações à especulação imobiliária e à emissão de licenças hoteleiras, em especial nos grandes centros;

MEDIDAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA COVID-19

Trabalho digno

1) **Programa Garantia Jovem:** Reforço da implementação do Programa Garantia Jovem, garantindo os mecanismos e apoios necessários aos jovens que transitam do ensino para o mercado de trabalho que agora irão enfrentar dificuldades acrescidas:

a) fomento da sua implantação local junto dos Municípios e organizações comunitárias, a par de apoio à contratação, bem como de ofertas formativas disponíveis que se adequem ao mercado de trabalho e às aspirações dos jovens;

b) Rever a duração dos estágios, no sentido de permitir aos jovens acesso ao subsídio de desemprego, caso não sejam contratados.

c) Reforçar a rede de parceiros do programa e o seu envolvimento no sentido de apoiar holisticamente (apoio à habitação, saúde mental, apresentação em entrevistas, preparação de Currículos, aquisição de competências técnicas, mentoria, entre outros) os jovens no seu momento de transição para uma independência financeira.

d) Manutenção dos quadros admitidos durante a pandemia, em particular os jovens, uma vez que esta necessidade já era sentida anteriormente;

2) Fiscalização das condições de trabalho: Reforço do poder executivo da Autoridade para as Condições do Trabalho, disponibilizando meios e recursos para que possa fiscalizar, no terreno, ataques aos direitos dos trabalhadores à semelhança do que aconteceu durante o Estado de Emergência, focando-se em:

a) Atuação imediata perante evidência de abuso, como a tentativa de vigilância em teletrabalho, aumento da carga laboral e horária, assédio laboral, entre outros;

b) Fiscalização e regularização de situações em que, não existindo contrato de trabalho há uma verdadeira relação laboral;

c) Verificação do cumprimento das orientações da

Direção-Geral da Saúde (DGS) no que diz respeito à saúde e segurança dos jovens trabalhadores;

d) Maior fiscalização aos estágios profissionais, garantindo que não há abuso nem deterioração das condições destes;

e) Garantia de condições de trabalho saudáveis pós-pandemia, com estratégias de gestão de risco psicossociais;

f) Maior fiscalização de modo a agir em situações de abuso para com trabalhadores estrangeiros em Portugal, para que lhes sejam garantidos os seus direitos;

g) Maior fiscalização à utilização indevida de lay-offs por parte das empresas, utilizando a pandemia como motivo para despedimento de pessoal, com especial enfoque nos jovens;

h) Garantir que as entidades patronais pagam aos jovens trabalhadores em teletrabalho o mesmo salário e demais componentes retributivas que em regime presencial, que assegurem a instalação e manutenção dos equipamentos para teletrabalho e despesas inerentes;

3) Teletrabalho: Regulamentação do teletrabalho que requeira um real acordo, traduzido numa escolha do trabalhador, adequando a figura à nova realidade com reforço dos direitos digitais (por exemplo: direito a desligar e segurança online e privacidade);

4) **Estágios profissionais:** No que diz respeito aos estágios profissionais, manter as medidas implementadas durante o Estado de Emergência;

5) **Subsídio de Apoio à Família:** Revisão da lei que estabelece a impossibilidade de acesso ao subsídio de apoio à família caso um dos cônjuges esteja em teletrabalho, equiparando irrealisticamente o teletrabalho à disponibilidade;

6) **Prestações Sociais:** Prorrogação e renovação automática das prestações sociais (como o subsídio de desemprego) sem que haja uma revisão prévia do processo, comprometendo-se o jovem através de uma declaração de honra e sujeitando-se a uma fiscalização retroativa do Estado;

7) **Jovens trabalhadores independentes:** Manutenção do apoio extraordinário à redução da actividade incluindo as situações de quebra de 40% dos serviços prestados para trabalhadores independentes jovens;

8) **Proteção Social:** Garantir proteção social aos jovens que, no seu primeiro contrato, ficaram sem trabalho devido à pandemia, e, como tal, não têm direito ao subsídio de desemprego;

9) **Jovens trabalhadores em lay-off:** Prestar especial apoio aos trabalhadores em lay-off que enfrentam vários obstáculos ao seu sustento básico e que se viram forçados a recorrer a IPSS;

10) **Jovens a recibos verdes:** Garantir apoio aos jovens que trabalham a recibos verdes e que viram agravada a sua situação de precariedade:

a) Financiamento pelo Orçamento do Estado das medidas excepcionais cujo pagamento seja definido como responsabilidade da Segurança Social;

11) **Apoio extraordinário da Segurança Social para os jovens:** Garantir um apoio extraordinário, através da Segurança Social, especialmente direcionado ao setor das artes performativas, visuais e autorais, para fazerem face à quase total perda de rendimentos, lay-off, insegurança e irregularidade laboral durante todo o período de recuperação;

12) **Rendimento Básico Universal:** Implementar de Rendimento Básico Universal para todos os jovens com até aos 30 anos por forma a criar condições para a sua emancipação;

13) **Jovens trabalhadores-estudantes:** Apoio aos jovens Trabalhadores-Estudantes que financiam os seus estudos académicos e perderam acesso à sua fonte de financiamento por despedimento, estando, assim, em risco a sua permanência no Ensino Superior;

14) **Jovens empresários:** Apoio a sócios-gerentes jovens de microempresas que tenham até dez trabalhadores deve ser retroativo a março, aquando da imposição das primeiras medidas com impacto na atividade económica;

15) **Jovens empresários:** Garantir aos microempresários e aos empresários em nome individual jovens, linhas de crédito bonificadas e acesso ao lay-off sem que estes sejam negados por motivo de incumprimento ou incidente bancário, falha na Segurança Social ou Autoridade Tributária;

16) **Jovens empresários:** Relançar e aumentar a verba disponível do programa ADAPTAR de apoio a micro, pequenas e médias empresas lideradas por jovens no sentido de apoiar a transformação dos seus negócios à realidade atual;

Habitação

1) **Apoio à habitação:** Reforçar apoios à habitação, nomeadamente renda apoiada como o Porta 65, entre outros, ou os programas e iniciativas municipais de renda acessível:

a) No que diz respeito ao Programa **Porta 65**, deve existir um reforço do financiamento do programa em 25 milhões de euros e os critérios de acesso e prazos de candidatura revistos;

b) **Programas de apoio de competência municipal:** maior apoio aos municípios para que possam dar respostas aos programas de renda apoiada;

Educação, Ciência, Cultura e Inclusão

MEDIDAS ESTRUTURAIS

Educação Formal: Ensino Básico, Secundário e Superior

1) Repensar o Sistema de Ensino e o modelo de aprendizagem para que se promova uma adaptação digital aliada ao pensamento crítico e à aquisição de Competências para a Vida;

2) Garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior reconhecendo o mérito como fator decisivo e fomentando a educação enquanto elevador social;

3) Honrar o compromisso do Estado de garantir que a ninguém é negado o acesso ao ensino superior apenas por razões de carência económica. Para tal, é urgente continuar a aprofundar a justiça na atribuição de bolsas de estudo, a disponibilização de apoios indiretos, garantir uma rede de alojamento estudantil e a articulação entre trabalho em part-time e acesso à ação social escolar;

4) Garantir o reconhecimento e validação dos processos de Educação Não Formal e das suas aprendizagens, ao nível social, profissional, formal e político, reforçando a ideia de complementaridade entre educação formal, não formal e aprendizagem informal.

5) Promover o reconhecimento do contributo das competências adquiridas em momentos de ENF para a empregabilidade, mas também o seu reforço do bem-estar, coesão e participação individual e social das/dos participantes.

6) Repensar a forma como a cultura está presente no sistema de educação formal de forma transversal e complementar os planos curriculares nos mais diversos graus de ensino, de modo a melhor educar os jovens para a cultura e para a sua importância, de forma articulada com os trabalhadores da cultura.

7) Garantir que as e os jovens com necessidades educativas especiais, por via da deficiência, doença mental ou outra, têm acesso de forma gratuita a uma rede de apoio educativo e de cuidados abrangente que englobe apoio escolar, terapias, reconhecendo ainda o estatuto de cuidador informal para a pessoa responsável pela ou pelo jovem;

MEDIDAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA COVID-19

Ensino Básico, Secundário e Superior

1) **Equidade na Digitalização:** Deverá ser assegurado o acesso a computadores e internet para que todos os alunos sejam parte integrante do processo de ensino/aprendizagem à distância em linha de conta com as orientações para o regresso às aulas em regi-

me presencial da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares durante este período de transição e promovendo a digitalização do ensino em algumas áreas a médio e longo prazo;

2) **Saúde Mental:** a resposta de apoios de saúde física e mental deverá ser reforçada, através do Serviços de Ação Social das Instituições, juntamente com a monitorização dos casos existentes;

3) **Jovens com necessidades educativas especiais:** reforço dos meios de acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais para que estes não fiquem excluídos das aprendizagens à distância;

4) **Adaptação dos métodos de ensino e avaliação** dos cursos que têm uma vertente mais prática e que apresentam maiores dificuldades à adaptação digital;

5) **Falhas de aquisição de competências:** avaliar as mesmas tidas durante este período de ensino à distância e apresentar medidas para as colmatar no próximo ano letivo;

6) **As despesas inerentes à aquisição de serviços de internet e de dispositivos tecnológicos:** deverão ser passíveis de dedução em sede de IRS no que diz respeito à rubrica da educação e formação;

7) Integrar políticas de **investimento na cultura** com medidas que visem dignificar a vida dos jovens tra-

balhadores da cultura e do ensino artístico, nomeadamente combatendo de forma séria e empenhada a precariedade nos vínculos laborais;

8) Apoio à **digitalização profissional de jovens artistas**, através de apoios à criação de sites e redes sociais de artistas ou projetos coletivos;

9) Repensar e reduzir a **excessiva burocratização** de todos os processos de acesso a apoios e fundos públicos, principalmente na procura de apoios e acesso a espaços para ensaiar e atuar;

10) **Estudantes internacionais:** criação de um mecanismo de apoio, estreitando as relações entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e os respetivos consulados e embaixadas, uma vez que também são parte da nossa comunidade académica e garantir que aos estudantes Erasmus não seja exigido a devolução das bolsas de mobilidade atribuídas;

11) **Pagamento de juros de mora de propinas:** garantir que as IES estão sensibilizadas para as dificuldades económicas e sociais que os alunos atravessam e suspender o pagamento de juros de mora de propinas por três meses;

12) **Estágios curriculares:** indispensáveis para conclusão dos ciclos de estudo, apelamos que possam ser enquadrados num regime de exceção e que sejam realizados assim que possível, mesmo que se prolongue

para o ano letivo seguinte, sem onerar os estudantes, para que ninguém seja prejudicado tendo em conta a situação atual.

Ação Social

1) **Revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior:** para o ano de 2021 utilizando para o cálculo, excepcionalmente, os valores referentes aos rendimentos do agregado familiar dos primeiros seis meses do ano de 2020;

2) **Critério de elegibilidade:** a aprovação em 20 ECTS, se o número de créditos da inscrição for inferior a 36 ECTS, e em 30 ECTS, se o número de créditos da inscrição for igual ou superior a 36 ECTS, no último ano em que esteve inscrito num estabelecimento de ensino;

3) **Complemento ao alojamento:** deverá ser alargado a todos os estudantes deslocados que demonstrem necessidade disso, mesmo que não bolseiros, para colmatar as despesas das rendas;

4) **Aumentar as bolsas e apoios no Ensino Superior:** permitindo a graduação de muitos jovens que, em virtude dos regimes de lay-offs e despedimentos poderão ter os seus rendimentos familiares diminuídos e, ou terem de desistir do Ensino Superior por

incapacidade de pagamento dos seus custos, ou por sentirem uma obrigação moral para tal;

5) **Jovens na carreira científica:** reestruturar a carreira docente, permitindo que exista a carreira de docente, docente-investigador e investigador. Tal permitirá a integração na Administração Pública dos investigadores, dando-lhes maior estabilidade profissional e quebrando a dependência da aprovação de bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT);

6) Criação de um **Fundo de Apoio Social de Emergência às Artes e à Cultura** que faça face às dificuldades dos jovens do sector, tendo em conta a dificuldade em retomar espectáculos e a precariedade já anteriormente sentida ao nível dos vínculos de trabalho.

Inovação, Transformação Digital, Ambiente e Território

MEDIDAS ESTRUTURAIS

Transformação Digital

1) Garantir que existe acesso à Internet em todo o país. Por forma a que seja possível aceder ao ensino e a trabalhar à distância, promovendo ao mesmo tempo a fixação de jovens em todo o território, retirando pressão nos grandes centros urbanos;

2) Capacitar info-excluídos. Através de parcerias com IES e/ou escolas de ensino profissional, lecionando

curso gratuitos ou a custo reduzido, aproveitando os conhecimentos técnicos dos alunos e professores;

3) Criar um novo programa de capacitação digital nas escolas, gratuito. Um programa para estudantes e para professores, nomeadamente através da introdução de computadores e equipamentos similares como parte do material escolar - introdução desta ferramenta em todos os ciclos escolares;

4) Criação um programa de facilitação para a aquisição simplificada e de baixo custo de equipamentos para as famílias. Facilitação através de acordos com as operadoras ou “cheque digital” - à semelhança do cheque dentista de modo a garantir que as famílias tenham liberdade de escolha nas suas aquisições, e que todos os estudantes tenham um computador ou um equipamento similar;

5) Investir na Cloud para administração pública e serviços públicos, privilegiando a segurança e a privacidade;

6) Reforçar a desburocratização do Estado e aumentar a resposta dos serviços públicos através das suas plataformas online;

7) Investir na transição para a tecnologia 5G, de génese europeia, e assegurar a sua acessibilidade a nível de implementação e de custos, bem como de segurança;

Ambiente

- 1) Garantir a representação jovem no Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável através da integração do CNJ como membro;
- 2) Garantir a representação jovem na Rede de Pontos Focais da Estratégia Nacional de Educação Ambiental através da integração do CNJ na mesma;
- 3) Repensar hábitos de consumo. O transporte de vários produtos alimentares contribui para a emissão de gases com efeito de estufa, assim como a embalagem dos produtos e o seu modelo de produção. O incentivo ao consumo de produtos alimentares sazonais, de origem local, não embalados, ou com embalagens sustentáveis é importante para se reduzir a emissão de GEE decorrentes dos hábitos alimentares;
- 4) Renovação e expansão das infraestruturas de modo a que estas promovam estilos de vida mais sustentáveis. Fomentar uma rede de transporte mais vasta e geograficamente mais abrangente, aumentando a sua capacidade de resposta e investimento na renovação e modernização da rede ferroviária, com enfoque em zonas rurais;
- 5) Apoiar a investigação científica em materiais ambientais. É necessário apoiar a investigação científica sobre as alterações climáticas, de modo a compreender melhor as suas consequências e desenvolver me-

canismos de adaptação e mitigação das alterações climáticas;

- 6) Adoção de medidas mais eficazes na redução da produção e uso de plástico, e na gestão dos seus resíduos. Deve alargar-se a disponibilidade de alternativas ao plástico de uso único. A introdução de proibições ao uso de determinados produtos de plástico de uso único é mais eficaz se houver alternativas economicamente acessíveis. No entanto, o ónus deve manter-se em reduzir a utilização do plástico;
- 7) Fomentar, através de parcerias com entidades privadas, a recolha de plásticos dos oceanos, apostando em projetos de jovens inovadores;
- 8) Estabelecer um compromisso na CPLP que procure reduzir as emissões de CO2 nos Estados-membro;
- 9) Envolvimento da juventude de forma séria, plena e transparente na construção das medidas concretas do Pacto Ecológico Europeu;

Território

- 1) Garantir a descentralização dos serviços públicos, de modo a permitir uma maior proximidade às pessoas e a facilitar uma maior participação da comunidade, dos utentes e das famílias;

2) Apoiar empresas em formas de mobilidade inteligente e sustentável;

3) Desenvolver estratégias e programas de incentivo à fixação de empresas jovens e jovens no interior de Portugal, através de programas de empreendedorismo ou benefícios para a constituição de família, com o envolvimento dos municípios em articulação com as Instituições do Ensino Superior;

4) Explorar a implementação de um programa nacional de intercâmbio entre jovens do interior e jovens das zonas urbanas (ao nível do ensino secundário), de modo a que possam lidar em primeira mão com as rotinas diárias e desafios de parte a parte. Esse programa deveria envolver também organizações estudantis e ter como objetivo a busca de soluções inovadoras para os problemas que os jovens enfrentam.

MEDIDAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA COVID-19

Ambiente

1) Recuperação económica por via da sustentabilidade. Promoção de uma recuperação económica mais verde, garantindo o fornecimento de energia de baixo carbono a preços competitivos, promovendo a eficiência energética e assim, incentivar a descarbonização e apostando na economia circular, verde e azul;

Território

1) Desenvolver o Estatuto de Jovem Empresário Rural. Criar um sério compromisso do Estado com toda uma nova geração de Empresários, com formação, empenhados em desenvolver os territórios de baixa densidade, fixando-se neles e criando dinâmicas económicas que permitam revitalizar territórios ameaçados de abandono;

2) Apostar na produção interna e incentivo ao consumo nacional, através da criação de uma campanha de valorização da produção nacional para fomentar o consumo interno, respeitando as regras do mercado interno da União Europeia e as dificuldades sentidas nas exportações;

3) Incêndios florestais e proteção da floresta. Garantir planos de prevenção, nomeadamente contratando guardas florestais e reforçando a fiscalização dos deveres dos proprietários de limpeza, bem como lançar novamente campanhas de consciencialização contra incêndios de forma intemporal e transversal. Garantir que os meios de prevenção e combate a incêndios não colidam com os meios de combate ao Coronavírus e que existem planos de prevenção e evacuação das populações tendo em conta os dois cenários.

Saúde, Bem-Estar e Desporto

MEDIDAS ESTRUTURAIS

- 1) Criação de uma linha estruturada de apoio psicológico, capaz de dar apoio à população, complementar aos serviços de psicologia já existentes;
- 2) Mapear os serviços e profissionais de saúde mental existentes nas instituições de saúde mas também nas instituições de ensino com consequente adequação às necessidades verificadas de saúde mental;
- 3) Garantir o cumprimento do Plano Nacional de Saúde Mental, adaptando-o e reforçando-o, aumentando a sua abrangência com reforço das equipas comunitárias e constituição de equipas multidisciplinares no terreno, com aposta nos profissionais dos Cuidados de Saúde Primários;
- 4) Promover a integração e articulação dos cuidados de saúde mental nos cuidados de saúde primários, de modo a facilitar o acesso e diminuir a institucionalização, e aumentar os incentivos específicos para o tratamento e prevenção destas patologias, capacitando e reforçando os seus profissionais após avaliação das necessidades atuais;
- 5) Garantir a universalidade da cobertura dos cuidados de saúde mental, à semelhança das outras áreas da saúde, dando especial atenção a grupos em risco de exclusão social e tendo em conta que os factores

de stress adicional a que estes estão sujeitos podem pesar negativamente no seu bem-estar mental;

- 6) Criação de pontos informais de atendimento aos jovens (como o “Espaço Aparece”) para prestação de apoio psicológico;
- 7) Desenvolver uma estratégia concertada entre as autoridades da saúde de modo a promover uma verdadeira estratégia para a literacia em saúde em Portugal,
 - a) Aumentar a verba orçamental destinada à literacia em saúde e seguir essa tendência em futuros Orçamentos do Estado;
 - b) Promover hábitos de vida saudáveis entre os jovens prevenindo doenças não transmissíveis associadas a estilos de vida;
 - c) Contribuir para a capacitação dos jovens para a saúde, adquirindo um maior controlo sobre as decisões e as acções que afectam a sua saúde, como doenças cardiovasculares e hábitos saudáveis;
 - d) Assegurar uma oferta alimentar a nível nutricional dentro das instituições de ensino e a nível nacional na comunidade, assim como definir políticas que assegurem uma oferta alimentar saudável independentemente do nível socio-económico da população;

e) Desenvolver atividades, formações e materiais informativos que visem alertar para as consequências de comportamentos aditivos e dependências, como o consumo do álcool e tabaco nas suas diversas formas, bem como dependência, o jogo e apostas, numa altura onde os dados do SICAD apontam para uma realidade, ainda, preocupante;

f) Aposta na literacia digital de modo a que as aplicações promovidas pelo SNS e SPMS passem a fazer parte do dia-a-dia dos portugueses - Com o regresso à normalidade, aplicações como a MySNS, MySNS Tempos e MySNS Carteira, mostram-se fundamentais para controlar os fluxos ao SNS. Neste sentido, deverá existir uma estratégia bem definida para a sua divulgação que pode passar pela ajuda dos jovens;

g) Implementação de estratégias de combate à violência em todas as suas formas e de literacia digital, bem como de combate ao cyberbullying;

h) Garantir intervenções em contexto escolar que promovam a gestão das emoções, a resolução de problemas e a autoconfiança, de forma a desenvolver a função cognitiva e proteger os jovens de perturbações mentais, e evitando a interação viciosa entre os problemas educacionais e as perturbações mentais na adolescência;

8) Plano estratégico de retoma do desporto escolar e universitário no próximo ano letivo, salvaguardando as medidas de saúde públicas necessárias;

9) Garantir o direito à vacinação: entidades responsáveis devem estar atentas e interventivas no sentido de esclarecer dúvidas e fornecer informações confiáveis sobre vacinas de forma a convencer a população sobre a importância da vacina para a prevenção de doenças através, por exemplo, da construção e divulgação de materiais informativos cientificamente validados. A vacinação deve ser assegurada de forma específica e gratuita a grupos de risco. Assim, propõe-se a extensão da vacinação com estas características aos estudantes de cursos da área da saúde, uma vez que se encontram expostos aos mesmos riscos que os profissionais da mesma área;

10) Aferir as necessidades de recursos humanos no SNS face às características da população portuguesa a médio e longo prazo, tendo em conta o seu crescimento, envelhecimento e determinantes de saúde, bem como outros fatores epidemiológicos a ter em conta por região do país. Importa definir medidas que contribuam para a correta gestão e alocação dos profissionais de saúde, de acordo com as necessidades evidenciadas, tendo em conta os fluxos migratórios previsíveis, as aposentações, a formação e os óbitos de profissionais;

11) Promover a adequação das capacidades formativas pós-graduadas às necessidades expectáveis da força de trabalho médicas, por especialidade, para as diferentes regiões do país. Da mesma forma, deverá existir uma adequação das capacidades formativas pré-graduadas das Instituições de Ensino Superior e dos cursos da Área da Saúde, tendo em conta as futuras necessidades do Serviço Nacional de Saúde, aquando do momento de conclusão dos graduados em questão. Estes pontos deverão ser objeto de trabalho de um Observatório para o Planeamento em Recursos Humanos em Saúde, que recorra a organismos técnicos e científicos para a definição de políticas baseadas na evidência, orientadas e dirigidas;

12) Implementar o conceito One Health e a abordagem interdisciplinar que o mesmo advoga nas estratégias e políticas multidisciplinares que dizem respeito à saúde devem ser promovidos de forma transversal, pelo que o mesmo deverá ser incluído nos currículos dos cursos da saúde e agropecuária. O incentivo à intercolaboração entre os estudantes de saúde leva à construção de equipas de saúde interprofissionais que são capazes de prestar melhores e mais eficientes cuidados de saúde, contribuindo assim para a sustentabilidade e qualidade do SNS;

13) Priorizar os cuidados primários de saúde, uma vez que têm a capacidade de potenciar o acesso aos cuidados de saúde e a qualidade dos mesmos através da

proximidade à população e do investimento na promoção da saúde e detrimento da intervenção na doença, trabalhando em conjunto com a comunidade;

14) Limitar e remover a exposição desnecessária e acidental a substâncias nocivas como, por exemplo, o amianto presente em algumas infraestruturas;

15) Estabelecer parcerias entre organizações estu-
dantis e juvenis e as estruturas governamentais na área da Saúde, no âmbito da alimentação saudável, educação física e saúde sexual e reprodutiva;

16) Garantir uma articulação bem conseguida entre o sistema de saúde e o sistema educativo tanto a nível nacional como a nível regional e local para a criação de sinergias que promovam ganhos em saúde na população juvenil, a curto e a longo prazo.

MEDIDAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA COVID-19

1) **Reforçar a divulgação da Linha SNS24** na vertente do apoio psicológico às populações, abordando temas como depressão, solidão, isolamento, criação de novas rotinas, entre outros, durante o período da pandemia;

2) **Reforço do número de psicólogos** a exercer apoio nas diferentes instituições de ensino, tendo em conta que as perturbações da saúde mental têm aumentado nesta altura, Os efeitos desta problemática acentuam-se

com as medidas necessárias impostas durante esta pandemia. Segundo o Barómetro Covid-19 da Escola Nacional de Saúde Pública, divulgado no dia 18 de abril, 82% dos portugueses sentem algum efeito negativo na sua saúde mental, e em 25% dos casos admitem sentirem-se agitados, ansiosos ou tristes numa base diária, em todas as faixas etárias mas com especial incidência nos jovens. Em 2019, só no Ensino Superior, 36% dos jovens tinham sido diagnosticados com uma perturbação da sua saúde mental, segundo o Fórum Nacional de Estudantes de Saúde;

3) Realização de **estudo transversal que permita a recolha de novos hábitos** positivos e inovadores criados durante a pandemia, como a utilização da Linha SNS24, a adoção de hábitos de etiqueta e convivência pública que funcionam para situações epidemiológicas menos graves e a avaliação dos efeitos do ensino digital e fatores positivos que daí podem ter advindo;

4) Criar iniciativas nas camadas mais jovens que permitam a **introdução de conteúdos de promoção de saúde pública nas escolas**, num período pós COVID-19;

5) **Reforço do incentivo à investigação científica na área da COVID-19** com o acompanhamento e apoio adicional a programas como o “Sistema de incentivos à inovação produtiva no contexto da COVID-19”, e ga-

rantindo o acesso dos dados relativos a esta doença pelas IES e institutos de investigação nacional;

6) **Reforço da comunicação da importância da prática de desporto e alimentação saudável no contexto da pandemia.** A utilização profissional das tecnologias, extremamente úteis no contexto da COVID-19, não pode proporcionar a adoção de estilos de vida sedentários, devendo assim haver um incentivo nas campanhas de promoção de atividade física e alimentação saudável;

7) **Reforço do acompanhamento da Comissão de Acompanhamento** a grupos de risco como crianças e jovens, garantindo que continuam a receber apoio às questões de saúde mental, violência doméstica;

8) **Estatuto Estudante-Atleta:** Face ao acesso às bolsas de mérito desportivo e ao próprio acesso ao estatuto, dado que a maioria das competições desportivas foram canceladas, é necessário a manutenção dos apoios oferecidos, já que a sua suspensão pode ditar o fim precoce de uma carreira desportiva ou a diminuição do rendimento académico;

9) **Contratação Pública:** avaliação dos contratos feitos a termo nos serviços públicos, para a resposta ao surto epidémico, para sua conversão em contratos sem termo, de modo a colmatar necessidades já existentes anteriores ao surto epidémico, caso seja avaliado como necessário.

Democracia, Participação e Associativismo

MEDIDAS ESTRUTURAIS

Participação Juvenil

1) Fomentar os espaços de diálogo, de participação e co-construção com a juventude e os momentos de contacto entre a juventude e os decisores políticos através das suas organizações representativas, evitando desta forma a discriminação com base na idade e a exclusão dos processos de decisão da geração jovem.

2) Garantir que os órgãos de auscultação, participação e co-decisão entre os representantes juvenis e as autarquias, como os Conselhos Municipais de Juventude, não são órgãos meramente consultivos, mas sim que as suas decisões sejam vinculativas.

3) Garantir o espaço para a participação jovem no Ensino Secundário e Superior, através dos órgãos de representação estudantil, respeitando as Reuniões Gerais de Alunos e os processos eleitorais e garantindo que existe representatividade dos alunos nos processos de decisão e órgãos de gestão. Tal deverá acontecer através da figura uniformizada a nível nacional do provedor do estudante nas IES e na criação da mesma figura nos restantes ciclos de ensino.

4) Consolidar a implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) nas escolas básicas e secundárias, capacitando dessa forma a juventude para a ação política e cívica, assentes nas ferramentas de participação digital, co-responsabilização, diálogo intergeracional e pensamento crítico.

5) Explorar mecanismos digitais, atualizados em tempo real e responsivos, de prestação de contas dos mandatos políticos e governativos de forma a aproximar o eleitorado jovem e a credibilizar a classe e a ação política em Portugal;

6) Repensar o modelo de financiamento público e os apoios públicos às organizações de juventude, de forma a promover a responsabilização da juventude e autonomia necessária às organizações para a prossecução das suas missões;

MEDIDAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA COVID-19

Associativismo Juvenil

1) Garantir que os regulamentos e regimentos que obrigam a reuniões presenciais **não são um impedimento para a realização de reuniões digitais** durante toda a crise sanitária, permitindo assim às organizações retomar gradualmente o seu funcionamento normal, restituindo-lhes o seu poder deliberativo, e proporcionando a participação juvenil;

2) Programas de Apoio ao Associativismo Jovem (PAJ e PAE) - Alteração dos objetivos e critérios apresentados a concurso:

a) **Custos elegíveis:** um aumento extraordinário da percentagem de 30% atual para 50% dos custos de estrutura elegíveis para o apoio.

b) **Redução do valor de autofinanciamento** - excepcionalmente, a percentagem do valor requerido às organizações de juventude de autofinanciamento deve ser reduzido, tendo as organizações que autofinanciar apenas 10% do valor atribuído por ação;

c) **Alargamento dos prazos** para realização de atividades para as quais foram atribuídos apoios até abril de 2021;

3) Apoio Extraordinário: as organizações de juventude enfrentam dificuldades para fazer face aos seus custos de estrutura, por se verem impossibilitadas de realizar as atividades que geram por norma esta receita. Neste sentido, é necessária a criação de um apoio extraordinário, no valor mínimo de 500.000 euros, aberto a candidaturas de organizações de juventude, onde sejam elegíveis custos de estrutura como pagamento de salários, despesas de comunicação, água, luz, renda e outros, que permitiam às organizações sobreviver durante este período e até à normalização da sua atividade, mediante prova de quebra de rendimentos acentuada;

4) Programas de Apoio ao Associativismo Jovem, apoio financeiro anual (2021): para o ano 2021, o cálculo do apoio financeiro no âmbito das candidaturas aos programas de apoio PAJ e PAE, deve ter como critério o valor base referente ao ano 2019 e não referente ao ano 2020, sempre que tal favoreça a organização de juventude;

5) Capacitação das organizações de juventude: Promoção pelo Instituto Português de Desporto e Juventude I.P, de momentos de capacitação e troca de boas práticas para o exercício de atividades de educação não formal via digital, promovendo assim a adaptação das estruturas às contingências atuais.

ANEXO

INQUÉRITO

**Como é que a COVID-19
afetou e continuará a
afetar a tua vida?**

1) QUE IDADE TENS?

.....
a) Entre 15 e 18;
.....

b) Entre 19 e 22;
.....

c) Entre 23 e 26;
.....

d) Entre 27 e 30;
.....

2) GÉNERO

.....
a) Feminino;
.....

b) Masculino;
.....

c) Prefiro não dizer;
.....

3) QUAL É A TUA ÁREA DE RESIDÊNCIA?

.....
a) Aveiro;
.....

b) Beja;
.....

c) Braga;
.....

d) Bragança;
.....

e) Castelo Branco;
.....

f) Coimbra;
.....

g) Évora;
.....

h) Faro;
.....

i) Guarda;
.....

j) Leiria;
.....

k) Lisboa;
.....

l) Portalegre;
.....

m) Porto;
.....

n) Santarém;
.....

o) Setúbal;
.....

p) Viana do Castelo;
.....

q) Vila Real;
.....

r) Viseu;
.....

s) Região Autónoma dos Açores;
.....

t) Região Autónoma da Madeira;
.....

4) QUAL A TUA OCUPAÇÃO?

- a) Estudante Ensino Básico;
- b) Estudante Ensino Secundário;
- c) Estudante do Ensino Superior;
- d) Trabalhador-Estudante;
- e) Trabalhador por conta de outrém;
- f) Trabalhador independente;
- g) Desempregado;
- h) Empresário;
- i) Jovem NEET - Não estudo nem trabalho

5) COMO É QUE A COVID-19 AFETOU A TUA VIDA DURANTE O ESTADO DE EMERGÊNCIA? Das opções apresentadas em baixo, escolhe 4.

- a) Dificuldade no acesso ao ensino por falta de material (como por exemplo, computador, internet ou outro)
- b) Dificuldade em acompanhar as aulas online

c) Fiquei desempregado

d) Não tendo ficado desempregado, sofri uma quebra de rendimentos significativa (por exemplo regime de lay-off ou por trabalho na indústria que sofreu quebra/parou, como por exemplo a área da cultura)

e) Dificuldade no cumprimento das minhas obrigações pessoais para com outros (por exemplo, dificuldade no pagamento da renda de casa)

f) Dificuldade no cumprimento das minhas obrigações do meu negócio para com outros (por exemplo, dificuldade em pagar salários a colaboradores)

g) Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)

h) Diminuição das condições de trabalho (horários mais longos de trabalho, excesso de trabalho, falta de condições de segurança e proteção, abusos no teletrabalho)

.....
i) Trouxe dificuldade em articular vida pessoal com a vida profissional (cuidar de filhos ou outras obrigações)
.....

j) Impossibilidade de voltar a Portugal (por viver ou me encontrar no estrangeiro)
.....

k) Aumento dos níveis de ansiedade e dificuldade na gestão emocional da crise
.....

l) Aumento dos hábitos de risco (sedentarismo, consumo de substâncias, fraca qualidade de sono, vício em jogos virtuais ou uso excessivo de tempo em aparelhos tecnológicos)
.....

m) Outro
.....

6) SE SELECIONASTE “OUTRO” POR FAVOR, ELABORA.

7) QUAIS SÃO AS TUAS MAIORES PREOCUPAÇÕES PARA OS PRÓXIMOS 3 MESES?

Das opções apresentadas em baixo, escolhe 4.

.....
a) Sinto que não houve uma boa aquisição de competências durante este período e tenho receio que isso prejudique a avaliação do meu desempenho escolar/académico este ano e o meu desempenho no próximo ano letivo;
.....

b) O acesso ao ensino superior, por não me sentir preparado/a para realizar os exames nacionais de acesso ou saber como vai ser o processo
.....

c) Aumento da carga de estudo de forma sistemática ou necessidade de estudo autónomo
.....

d) A incerteza sobre o ano letivo (datas de término, reabertura do ensino presencial, avaliação presencial)
.....

e) Sentimento de insegurança face às condições de segurança sanitária no local de estudo, trabalho ou transportes
.....

f) Dificuldade em arranjar emprego e receio de que a minha situação de desemprego se prolongue durante os próximos 3 meses

g) Receio que as condições de trabalho sejam piores que antes da crise sanitária (mais trabalho e menos pessoas para o desempenhar, remuneração mais baixa, abusos no teletrabalho ou trabalho presencial)

h) Perder o meu emprego

i) Não ter oportunidade de realizar estágios presenciais, tendo isso impacto na aquisição de competências, a nível curricular e na progressão profissional

j) Diminuição acentuada do meu rendimento mensal

k) Incerteza em relação à habitação (por exemplo: dificuldade no pagamento da renda de casa, não ter rendimentos suficientes para arrendar um quarto/casa)

l) Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)

m) Demora no acesso à saúde (re-marcação de consultas e tratamentos agendados ou dificuldade no acesso a acompanhamento médico especializado)

n) Dificuldade de adaptação ao ritmo “normal”, após período de isolamento social

o) Dificuldade no trabalho devido à necessidade de cuidar do(s) filho(s) ou outros familiares

p) O aumento da dívida pública e a crise financeira que se seguirá

q) A possibilidade de existir uma segunda vaga da pandemia

r) Outro

8) SE SELECIONASTE “OUTRO” POR FAVOR, ELABORA.

9) QUAIS SÃO AS TUAS MAIORES PREOCU-
PAÇÕES PARA OS PRÓXIMOS 6 MESES?

Das opções apresentadas em baixo, escolhe 4.

a) Sinto que não houve uma boa aquisição de competências durante este período e tenho receio que isso prejudique a avaliação do meu desempenho escolar/académico este ano e o meu desempenho no próximo ano letivo;

b) O acesso ao ensino superior, por não me sentir preparado/a para realizar os exames nacionais de acesso ou saber como vai ser o processo

c) Aumento da carga de estudo de forma sistemática ou necessidade de estudo autónomo

d) A incerteza sobre o ano letivo (datas de término, reabertura do ensino presencial, avaliação presencial)

e) Sentimento de insegurança face às condições de segurança sanitária no local de estudo, trabalho ou transportes

f) Dificuldade em arranjar emprego e receio de que a minha situação de desemprego se prolongue durante os próximos 6 meses

g) Receio que as condições de trabalho sejam piores que antes da crise sanitária (mais trabalho e menos pessoas para o desempenhar, remuneração mais baixa, abusos no teletrabalho ou trabalho presencial)

h) Perder o meu emprego

i) Não ter oportunidade de realizar estágios presenciais, tendo isso impacto na aquisição de competências, a nível curricular e na progressão profissional

j) Diminuição acentuada do meu rendimento mensal

k) Incerteza em relação à habitação (por exemplo: dificuldade no pagamento da renda de casa, não ter rendimentos suficientes para arrendar um quarto/casa)

.....
l) Dificuldade em fazer face às minhas necessidades diárias (alimentação, água, luz, comunicações...)
.....

m) Demora no acesso à saúde (re-marcação de consultas e tratamentos agendados ou dificuldade no acesso a acompanhamento médico especializado)
.....

n) Dificuldade de adaptação ao ritmo “normal”, após período de isolamento social
.....

o) Dificuldade no trabalho devido à necessidade de cuidar do(s) filho(s) ou outros familiares
.....

p) O aumento da dívida pública e a crise financeira que se seguirá
.....

q) A possibilidade de existir uma segunda vaga da pandemia
.....

r) Outro
.....

10) SE SELECIONASTE “OUTRO” POR FAVOR, ELABORA.

11) SE FOSSES UM GOVERNANTE NESTE MOMENTO, QUE MEDIDA(S) TOMARIAS PARA AJUDAR A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DAS E DOS JOVENS? (0 a 6 respostas para medidas, 0 a 5 respostas para pelouros do CNJ)





Cofinanciado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia

JUNHO 2020